

APRESENTAÇÃO – ADA PELLEGRINI GRINOVER .....	25
UMA PALAVRA INICIAL .....	27

**1.ª PARTE**  
**DOCTRINA**

Título I  
TEMAS PRELIMINARES

Capítulo I – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL

1. O Homem e o Planeta ameaçados .....	33
2. O desenvolvimento sustentável.....	36
3. Princípios da vida sustentável.....	37
4. A produção e o consumo sustentáveis.....	40
4.1 Produção sustentável: as normas da ISO 14.000.....	41
4.2 Consumo sustentável: a base problemática comum.....	43
4.2.1 A base constitucional comum.....	44
4.2.2 A legislação ambiental brasileira e o consumo sustentável..	45
4.2.3 As dificuldades comuns de acesso à justiça.....	46
5. A Agenda 21.....	47

Capítulo II – ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

1. Sentido da expressão <i>ecologia</i> .....	51
2. Sentido da expressão <i>meio ambiente</i> . Aspectos e conceitos .....	52
3. O conceito legal .....	54
4. Os recursos ambientais .....	55

Capítulo III – ÉTICA AMBIENTAL

1. Introdução.....	57
2. Meio ambiente: patrimônio da coletividade.....	60

3. Meio ambiente e gestão pública.....	63
4. A ética da vida.....	65

## Título II

### O AMBIENTE NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

1. A crise ambiental e sua razão .....	73
1.1 Uma questão básica .....	73
1.1.1 A preocupação da Igreja .....	74
1.1.2 O alerta de Strong .....	74
1.1.3 O balanço do PNUMA (1972-1992) .....	75
1.1.4 Fórum "Rio + 5" .....	75
1.2 A razão da crise .....	76
2. A lei como terapia para superação da crise .....	76
3. Legislação ambiental do Brasil.....	78
3.1 Origem.....	78
3.2 Realidade .....	80
3.3 Perspectivas .....	83
3.3.1 Consolidação da legislação ambiental brasileira .....	84
3.3.2 Código Ambiental brasileiro .....	85
4. A implementação da legislação ambiental .....	87

## Título III

### O DIREITO DO AMBIENTE

1. Nomenclatura .....	91
2. Conceito de Direito do Ambiente .....	93
3. Princípios fundamentais do Direito do Ambiente .....	94
3.1 Princípio do ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental da pessoa humana .....	95
3.2 Princípio da natureza pública da proteção ambiental .....	96
3.3 Princípio do controle do poluidor pelo Poder Público .....	98
3.4 Princípio da consideração da variável ambiental no processo decisório de políticas de desenvolvimento .....	98
3.5 Princípio da participação comunitária .....	99
3.6 Princípio do poluidor-pagador ( <i>polluter pays principle</i> ) .....	100
3.7 Princípio da prevenção .....	101
3.8 Princípio da função socioambiental da propriedade .....	104
3.9 Princípio do direito ao desenvolvimento sustentável.....	106
3.10 Princípio da cooperação entre os povos.....	108
4. Autonomia .....	110
5. Multidisciplinaridade do Direito do Ambiente .....	113
6. Taxionomia e natureza jurídica .....	113

Título IV  
DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL NACIONAL

Capítulo I – PATRIMÔNIO AMBIENTAL NATURAL

Seção I – Recursos naturais de característica planetária

1. Ar .....	118
1.1 Aspectos gerais da poluição do ar .....	119
1.2 Impactos e efeitos na qualidade da atmosfera .....	119
1.3 Os padrões de qualidade do ar .....	120
1.4 Efeitos globais .....	120
1.5 Ações sobre a qualidade do ar .....	121
1.6 Aspectos especiais .....	122
1.7 Legislação aplicável .....	122
1.7.1 Controle da qualidade do ar .....	123
1.7.2 Fontes industriais de poluição do ar e o zoneamento .....	124
1.7.3 Poluição do ar por veículos automotores .....	124
1.7.4 Poluição por tabagismo .....	125
1.7.5 Camada de ozônio .....	125
1.7.6 Uso de fogo em tratos culturais .....	125
1.7.7 Crime de poluição atmosférica .....	126
1.7.8 Infração administrativa .....	126
2. Água .....	126
2.1 Aspectos gerais .....	127
2.2 Usos múltiplos e qualidade dos recursos hídricos .....	127
2.3 Bacias hidrográficas .....	129
2.4 Águas subterrâneas .....	130
2.5 Legislação aplicável .....	131
2.5.1 Proteção das águas .....	131
2.5.2 Ambiente marinho .....	133
2.5.3 Crime de poluição hídrica .....	135
2.5.4 Infração administrativa .....	135
3. Solo .....	135
3.1 Solo como recurso natural .....	135
3.2 Solo como espaço social .....	136
3.3 Perspectivas para o uso do solo .....	137
3.4 Legislação aplicável .....	137
3.4.1 A tutela da vegetação como meio de proteção do solo .....	139
3.4.2 Atividades agrícolas e a degradação do solo .....	139
3.4.3 Solo urbano .....	139
3.4.4 Disposição de resíduos sólidos (lixo) e a contaminação do solo .....	140

3.4.5	Extração mineral .....	142
3.4.6	Estudo de contaminação de solo .....	142
3.4.7	Crime de contaminação e degradação do solo .....	142
3.4.8	Infrações administrativas .....	143
4.	Flora .....	143
4.1	Conceitos gerais .....	144
4.1.1	Significado do termo "flora" .....	144
4.1.2	Significado do termo "vegetação" .....	145
4.1.3	Significado do termo "floresta" .....	145
4.2	Significado ecológico das florestas .....	146
4.3	Riscos e danos relacionados à flora .....	147
4.4	Legislação aplicável .....	147
4.4.1	Floresta e vegetação em áreas de preservação permanente ...	148
4.4.2	Floresta e vegetação em área de Reserva Legal .....	149
4.4.3	Espécimes vegetais isolados ou concentrações arbóreas.....	150
4.4.4	Florestas nativas e plantadas e sua exploração .....	151
4.4.5	Mata Atlântica .....	152
4.4.6	Espaços especialmente protegidos .....	152
4.4.7	Áreas verdes urbanas .....	153
4.4.8	Os crimes contra a flora .....	154
4.4.9	Infrações administrativas .....	154
5.	Fauna .....	154
5.1	Conceitos gerais .....	154
5.2	Significado da fauna .....	156
5.3	Legislação aplicável .....	157
5.3.1	Caça, pesca e atividades correlatas .....	158
5.3.2	Zoológicos e instituições oficiais de finalidade científica....	159
5.3.3	Os atentados contra a fauna .....	160
5.3.4	Infrações administrativas .....	160

## Seção II – Grandes ecossistemas brasileiros e sua função geoeconômica

1.	Caracterização geral dos grandes ecossistemas brasileiros .....	160
1.1	Amazônia Brasileira .....	161
1.2	Mata Atlântica .....	163
1.3	Serra do Mar .....	163
1.4	Pantanal Mato-Grossense .....	164
1.5	Zona Costeira .....	164
1.6	Cerrado .....	164
1.7	Caatinga .....	165
1.8	Domínio das Araucárias .....	166
1.9	Pampas e pradarias .....	166
2.	Gestão integrada dos grandes ecossistemas .....	166

2.1	A ocupação do espaço .....	168
2.2	Fenômenos específicos .....	169

### Seção III – Biodiversidade e patrimônio genético

1.	Biodiversidade .....	172
1.1	Considerações gerais .....	172
1.1.1	Evolução conceitual .....	172
1.1.2	Dados históricos .....	175
1.1.3	Diferentes tratamentos da biodiversidade .....	177
1.2	Legislação aplicável .....	177
1.2.1	Instrumentos internacionais .....	177
1.2.2	Legislação brasileira .....	178
2.	Biotecnologia .....	179
2.1	Considerações gerais .....	179
2.2	Legislação aplicável .....	181

### Capítulo II – PATRIMÔNIO AMBIENTAL CULTURAL

1.	Conceito e conteúdo .....	183
2.	Competência .....	185
3.	Formas de promoção dos bens culturais .....	186
3.1	Promoção por ato administrativo .....	186
3.1.1	Tombamento .....	186
3.1.1.1	Conceito .....	187
3.1.1.2	Natureza jurídica .....	187
3.1.1.3	Modalidades .....	188
3.1.1.4	Processo administrativo .....	189
3.1.1.5	Efeitos .....	190
3.1.1.6	Dever de indenizar .....	191
3.1.2	Outras formas administrativas de promoção dos bens culturais .....	192
3.2	Promoção por lei específica .....	192
3.3	Promoção por via judicial .....	193
4.	Instrumentos de defesa e repressão .....	194
4.1	Instrumentos administrativos .....	194
4.1.1	Multa .....	194
4.1.2	Destrução de obra .....	195
4.1.3	Remoção de objeto .....	195
4.2	Instrumentos judiciais .....	195
4.2.1	Ação popular constitucional .....	195
4.2.2	Ação civil pública .....	196
4.2.3	Ação penal pública .....	197
5.	Considerações complementares .....	198

## Capítulo III – PATRIMÔNIO AMBIENTAL ARTIFICIAL

1. Considerações gerais .....	199
2. O ambiente construído .....	200
3. Legislação aplicável .....	203
3.1 Regiões Metropolitanas e zoneamento industrial .....	203
3.2 A poluição sonora e a poluição por radiação ou ondas eletromagnéticas.. .....	204
3.3 Poluição visual .....	205
3.4 Os crimes contra o ordenamento urbano .....	205
3.5 Infrações administrativas .....	205

## Título V

## TUTELA CONSTITUCIONAL DO AMBIENTE

1. Introdução .....	207
2. A experiência constitucional alienígena .....	208
3. A questão ambiental nas Constituições brasileiras .....	210
4. A Constituição de 1988 .....	211
5. A proteção do meio ambiente como princípio da ordem econômica .....	212
6. O meio ambiente como bem jurídico autônomo .....	212
7. Um capítulo para o meio ambiente .....	214
8. Deveres específicos do Poder Público .....	215
8.1 Preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais .....	215
8.2 Promoção do manejo ecológico das espécies e ecossistemas .....	216
8.3 Preservação da biodiversidade e controle das entidades de pesquisa e manipulação de material genético .....	217
8.4 Definição de espaços territoriais protegidos .....	220
8.5 Realização de estudo prévio de impacto ambiental .....	222
8.6 Controle da produção, comercialização e utilização de técnicas, métodos e substâncias nocivas à vida, à qualidade de vida e ao meio ambiente .....	224
8.7 Educação ambiental .....	225
8.8 Proteção à fauna e à flora .....	228
9. Meio ambiente e mineração .....	231
10. A responsabilização cumulativa das condutas e atividades lesivas ao ambiente .....	232
11. Proteção especial a macrorregiões .....	233
12. A indisponibilidade de terras devolutas e de áreas indispensáveis à preservação ambiental .....	235
13. O controle das usinas nucleares .....	236
14. O direito adquirido em matéria ambiental .....	238
15. O direito à informação .....	240
16. Repartição de competências .....	241
16.1 Competências administrativas .....	242
16.2 Competências legislativas .....	243

17. A participação comunitária na tutela do ambiente .....	245
17.1 Participação comunitária nos processos de criação do Direito do Ambiente .....	245
17.1.1 Participação no processo legislativo .....	245
17.1.2 Participação em órgãos colegiados dotados de poderes normativos .....	246
17.2 Participação popular na formulação e execução de políticas ambientais .....	246
17.3 Participação popular através do Poder Judiciário .....	247
18. O Ministério Público e a tutela do ambiente .....	248
19. O Poder Judiciário e o meio ambiente .....	252

## Título VI

### TUTELA ADMINISTRATIVA DO AMBIENTE

#### Capítulo I – A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

1. Considerações gerais .....	257
2. O poder de polícia ambiental .....	260
2.1 Conceito .....	260
2.2 Competência e poder de polícia .....	262

#### Capítulo II – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. A política ambiental brasileira no contexto histórico .....	265
2. Objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente .....	268
3. Princípios da Política Nacional do Meio Ambiente .....	269

#### Capítulo III – SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

1. Origem .....	271
2. Estrutura .....	272

#### Capítulo IV – INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

##### Seção I – A avaliação de impactos ambientais

1. Compreensão (AIA x EIA) .....	277
2. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) .....	278
3. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) .....	280
4. Conceito de EIA .....	280
5. Objetivo do EIA .....	281
6. Legislação disciplinadora .....	282
7. Pressuposto: significativa degradação .....	289
7.1 Obras e atividades sujeitas ao EIA .....	290

7.2	O cunho exemplificativo da norma .....	292
7.3	O caráter da presunção da gravidade do impacto .....	293
8.	Momento de preparação .....	297
9.	Iniciativa da exigência .....	299
10.	Elaboração e custeio .....	299
10.1	Independência da equipe .....	300
10.2	Responsabilidade do empreendedor e da equipe .....	302
10.3	Custeio .....	304
11.	Diretrizes gerais do EIA .....	304
12.	Conteúdo mínimo do EIA .....	305
13.	Conteúdo mínimo do RIMA .....	307
14.	Publicidade e participação pública .....	308
15.	Mecanismos de controle .....	310
16.	Perspectivas e desafios .....	311

### Seção II – O licenciamento em meio ambiente

1.	Introdução .....	312
2.	Autorizações e licenças no Direito Administrativo .....	312
3.	O licenciamento ambiental .....	313
4.	Natureza jurídica .....	314
5.	Características da licença ambiental .....	317
6.	Competência para o licenciamento ambiental .....	318
7.	Prazos para análise e de validade das licenças .....	320
7.1	Prazos para análise das licenças .....	320
7.2	Prazos de validade das licenças .....	321
8.	Modificação, suspensão e cancelamento das licenças .....	322
9.	A publicidade no licenciamento ambiental .....	324

### Seção III – Infrações e sanções administrativas

1.	Considerações preliminares .....	326
2.	Caracterização da infração administrativa .....	327
3.	Competência para apuração de infração ambiental .....	329
4.	O processo administrativo para apuração de infração ambiental .....	329
5.	Sanções administrativas .....	330
6.	Destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental .....	332

## Título VII

### TUTELA CIVIL DO AMBIENTE

1.	A responsabilidade civil ambiental .....	333
2.	O dano ambiental .....	334
3.	Formas de reparação do dano ambiental .....	336
4.	A regra da culpa no direito tradicional .....	337



5. A regra da objetividade na responsabilidade civil ambiental.....	338
6. A irrelevância da licitude da atividade .....	339
7. A irrelevância do caso fortuito, da força maior e do fato de terceiro .....	340
8. O sujeito responsável: a solidariedade passiva .....	341
8.1 O empreendedor como sujeito responsável principal .....	341
8.2 A responsabilidade do Estado por dano ambiental .....	342
8.3 A responsabilidade civil do profissional por dano ambiental .....	343

## Título VIII

## TUTELA PENAL DO AMBIENTE

1. A responsabilidade penal ambiental.....	345
2. Antecedentes .....	346
3. As normas penais ambientais .....	348
3.1 Normas penais em branco .....	348
3.2 Bem jurídico protegido .....	349
3.3 Tipicidade.....	350
3.4 Elemento subjetivo .....	352
3.5 Sujeito ativo.....	353
3.5.1 Responsabilidade penal individual .....	353
3.5.2 Responsabilidade penal da pessoa jurídica .....	354
3.5.2.1 Condicionantes para a responsabilização.....	355
3.5.2.2 Abrangência da responsabilidade .....	356
3.5.2.3 Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica .....	357
3.5.2.4 A responsabilidade civil objetiva da pessoa jurídica em face da Lei 9.605/98 .....	358
3.6 Sujeito passivo.....	359
4. As sanções penais.....	360
4.1 Penas aplicáveis às pessoas físicas .....	361
4.1.1 Pena privativa de liberdade.....	361
4.1.2 Penas restritivas de direitos .....	362
4.1.3 Pena de multa.....	363
4.2 Penas aplicáveis às pessoas jurídicas .....	364
4.2.1 Pena de multa.....	364
4.2.2 Penas restritivas de direitos .....	364
4.3 Circunstâncias atenuantes .....	365
4.4 Circunstâncias agravantes .....	365
4.5 Causas de aumento de pena .....	366
5. As causas excludentes de ilicitude.....	367
6. Os crimes ambientais segundo a Lei 9.605/98.....	367
6.1 Os crimes contra a fauna.....	369
6.2 Os crimes contra a flora .....	372
6.3 O crime de poluição .....	373
6.4 Os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural.....	375

6.5	Os crimes contra a administração ambiental .....	376
6.6	Outros crimes ambientais .....	376
7.	O art. 79-A da Lei 9.605/98: autorização para poluir ou bom senso?.....	377
8.	Normas incriminadoras remanescentes .....	380
9.	O avanço da Lei 9.605/98 .....	381

## Título IX

### TUTELA PROCESSUAL DO AMBIENTE

#### Capítulo I – FASE PRÉ-PROCESSUAL

##### Seção I – O inquérito civil

1.	Notícia histórica .....	383
2.	Natureza jurídica .....	384
3.	Uma função institucional do Ministério Público .....	385
4.	Instauração do inquérito.....	387
4.1	Pressuposto .....	387
4.2	Legitimação .....	387
4.3	Modo .....	388
4.4	Prazo .....	389
4.5	Recurso .....	390
4.6	Conflitos de atribuição .....	390
4.7	Controle jurisdicional .....	391
5.	Instrução do inquérito .....	391
5.1	Poderes instrutórios .....	391
5.2	Eficácia dos elementos de convicção .....	392
6.	Conclusão do inquérito .....	393
7.	Compromisso de ajustamento de conduta.....	394
8.	Arquivamento .....	399
9.	Publicidade .....	401

##### Seção II – O inquérito policial

1.	Natureza jurídica .....	402
2.	Instauração .....	402
3.	Prazo para conclusão .....	403
4.	Arquivamento .....	404
5.	Controle jurisdicional .....	404

#### Capítulo II – FASE PROCESSUAL

##### Seção I – A ação civil pública

1.	A importância do tema .....	405
2.	O dado histórico .....	406
3.	O aspecto terminológico .....	408
4.	Natureza jurídica .....	411

5. Fundamento constitucional.....	411
6. O escopo da ação civil pública.....	412
7. Abrangência da lei.....	413
8. O direito (poder-dever) de agir.....	414
9. A autorização legal para a iniciativa.....	415
10. A ação civil pública e a defesa do meio ambiente.....	416
10.1 Objeto da ação.....	417
10.2 Legitimação ativa.....	419
10.2.1 Legitimação do Ministério Público.....	420
10.2.2 Legitimação das associações.....	421
10.2.3 Legitimidade da administração direta, indireta e fundacional.....	421
10.2.4 Litisconsórcio.....	422
10.2.5 Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	423
10.2.6 Assistência.....	424
10.3 Legitimação passiva.....	426
10.4 Interesse para agir.....	426
10.5 Competência.....	427
10.6 Rito processual.....	432
10.7 Desistência ou abandono da ação.....	432
10.8 Transação.....	434
10.9 Antecipação da tutela.....	435
10.10 Liminares.....	437
10.11 Multas.....	439
10.12 Prescrição.....	440
10.13 Ônus da sucumbência e da litigância de má-fé.....	441
10.14 Recursos.....	444
10.15 Coisa julgada.....	444
10.16 Execução do julgado.....	447
10.17 O fundo para reconstituição de bens lesados.....	449

### Seção II – A ação penal pública

1. Competência.....	452
2. Ritos processuais.....	453
3. Prova.....	454
4. Questões prejudiciais.....	455
5. Reflexos da justiça consensual na nova lei ambiental penal.....	456
5.1 A transação penal.....	456
5.2 A suspensão condicional do processo.....	457

### Seção III – Outros meios processuais de proteção ambiental

1. Ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	458
2. Ação popular constitucional.....	459
3. Mandado de segurança coletivo.....	460
4. Mandado de injunção.....	461
5. Ações civis tradicionais.....	462

## 2.ª PARTE

PRÁTICA E JURISPRUDÊNCIA  
(casos concretos)

## I – AÇÕES CIVIS

## Ações Cíveis Públicas

1. Danos à fauna silvestre. “Passarinhada do Embu”. Festa promovida por prefeito, onde se consumiram cerca de 5.000 aves (rolinhas, sabiás e tico-ticos). Indenização a ser aplicada na efetiva reparação do dano. Ação civil pública ambiental ..... 465
2. Poluição. Dano ambiental. Litisconsórcio passivo. Ecossistema da Serra do Mar. Indenização correspondente ao custo integral da completa recomposição do complexo ecológico atingido. Ação civil pública ambiental .... 483
3. Descaracterização de patrimônio cultural. Bem de valor histórico e arquitetônico. Obrigação de não fazer reformas ou adaptações que descaracterizem o imóvel. Ação civil pública ..... 488
4. Parque municipal. Preservação de espaços verdes. Construção de ciclovia em desrespeito ao tombamento e às regras de preservação do parque. Retirada da camada asfáltica e restauração das condições primitivas. Ação civil pública ..... 498
5. Parque Estadual. Exploração imobiliária. Invasão. Construção de casas de alvenaria e/ou madeira. Obrigação de fazer. Demarcação dos limites pelo poder público estadual. Impedimento de invasão por terceiros. Elaboração de plano de manejo. Multa diária. Ação civil pública ..... 505
6. Proteção à fauna brasileira. Risco de dano ambiental. Introdução de animal alienígena (*triops*). Manufatura de brinquedos. Abstenção de importação e comercialização. Promoção de campanha publicitária esclarecedora dos riscos. Devolução dos produtos ao país de origem. Recuperação dos eventuais danos ambientais. Ação civil pública com pedido de liminar.. 512
7. Maus-tratos e crueldade contra os animais. Festas do Peão Boiadeiro. Obrigação de não fazer. Multa diária. Confisco dos instrumentos utilizados e prisão em flagrante. Ação civil pública com pedido de liminar..... 523
8. Danos ao patrimônio cultural. Desídia do poder público. Proteção ao marco escultórico da cidade de São Paulo, denominado “Monumento às Bandeiras”. Multa diária. Ação civil pública ..... 536
9. Poluição do ar consistente em difusão de radiação não ionizante. Antena de telefonia celular. Abstenção de construção. Paralisação das obras. Multa diária. Ação civil pública com pedido de liminar ..... 548

**Ação Direta de Inconstitucionalidade**

10. Metanol. Combustíveis que o conttenham. Lei que proíbe, no território nacional, a distribuição, comercialização e consumo. Invasão da competência da União quanto à proteção ao meio ambiente. Suspensão liminar da eficácia da lei impugnada. Ação direta de inconstitucionalidade ..... 556

**Ação Popular**

11. Parque estadual de Vila Velha. Danos ao meio ambiente. Bem de uso comum. Patrimônio público. Erradicação de obras existentes na região dos arenitos, por se afastarem das diretrizes do plano de obras preexistente. Restauração do caráter primitivo do parque. Ação popular..... 569

**II – AÇÕES PENAIS**

12. Poluição de água potável. Despejo de resíduos industriais com elevado teor de amônia e matéria orgânica em manancial utilizado para captação e abastecimento de cidade. Art. 271, *caput*, do CP. Denúncia. Pessoa física.. 589
13. Licença ou autorização. Desobediência à determinação legal de paralisação de atividade. Art. 50 da Lei 9.605/98. Denúncia contra pessoa física e jurídica ..... 608
- BIBLIOGRAFIA BÁSICA..... 611

**3.ª PARTE****GLOSSÁRIO AMBIENTAL**